

Uma indigestão

Feito um biodigestor legislativo, o Congresso Nacional vai tentar fazer nos próximos dez dias de batente tudo o que deixou de fazer nos últimos dez meses de expediente. A pauta de votações (com reflexões e discussões) vale por um cardápio de avestruz, tamanho o congestionamento de matérias de peso na área econômica, no campo administrativo, no terreno constitucional e no domínio político.

Terá o Congresso Nacional, neste rabicho de legislatura, condição técnica e tempo material para descarregar tamanha carreta de pacotes institucionais? Os ministros da área econômica estão preocupados e com razão: alguns projetos são inadiáveis, devem ser aprovados antes de 5 de dezembro, sob pena de comprometer a programação econômica do Governo Sarney. Ou no suspiro do ministro do Planejamento, João Sayad: "O calendário da economia terá de prevalecer sobre o calendário dos homens".

Questões orçamentárias e arranjos tributários não podem ficar para janeiro e muito menos para março. E o pacote econômico, em gestação, deve calibrar, ainda este ano, o poder de barganha do Brasil na renovação do acordo com o FMI e na remontagem dos contratos com os bancos.

Entre outras matérias econômicas de peso, o Congresso deve sacramentar o orçamento fiscal da União para 1986, a reforma tributária de emergência (segundo turno), o Plano Nacional de Desenvolvimento para 1986/89, o Plano Nacional de Informática, o "pacote" econômico do ajuste orçamentário, mais a raia miuda do vale-transporte, da isenção fiscal do táxi a álcool, do aumento do funcionalismo, de meia duzia de assuntos trabalhistas... E, na lateral, a pauta não menos pesada das matérias institucionais e políticas, com destaque para emenda de convocação da Constituinte (segundo turno) e a nova legislação dos partidos políticos.

Fora da pauta, mas com presença maciça na reflexão dos representantes do povo, a acomodação dos impactos das urnas de 15 de novembro na composição de forças do Congresso como um todo e no interior de cada partido, isoladamente.

O congestionamento da máquina legislativa tem quatro explicações. A primeira é uma alegria cívica: o Congresso, via Nova República, passa a participar da tomada de decisão sobre matéria econômica, como acontece nas melhores democracias. A segunda é um tributo ao regime de transição: o governo Sarney atrasou-se na montagem dos planos, porque atrapalhado na revisão

das contas e na fixação das metas. O "pacote" econômico, mais para o orçamentário que para o fiscal, ainda não está amarrado nas oficinas da Seplan e da Fazenda e só vai desembarcar no Congresso na semana que vem.

A terceira explicação é operacional: a classe política, mal-refeita da ressaca das diretas, do Colégio Eleitoral, da morte de Tancredo Neves e da instalação da Nova República, teve de voltar às bases para a campanha das prefeituras nas capitais, deixando o plenário literalmente às moscas. E a quarta explicação é melancólica: o Congresso não é muito ligado ao trabalho duro, como duro deve ser o trabalho dos homens que decidem em uma sociedade em pane, mergulhada nas lavas de um vulcão social em erupção, Brasil sob pressão de um exigível monstruoso com data marcada.

A invenção britânica do recesso parlamentar não deve ser tolerada em país tropical. Até porque, estamos matando lord inglês de inveja: o recesso, no Brasil, é de 136 dias por ano, sem contar o enforcamento sistemático do expediente das segundas e das sextas-feiras, com jeton e tudo.

Uma única matéria econômica, o pacote Sayad-Funaro, bastaria para esgotar o esforço concentrado do Congresso nestes próximos dez dias úteis. A sociedade está na marcação do assunto, opinião pública com a mão no bolso. Da cartola do pacote devem sair os coelhos mágicos da conexão 86, vulgo travessia do déficit público de Cr\$ 215 trilhões. A matéria é abrasiva por natureza: redistribuição da carga tributária, enxugamento dos gastos públicos, retratamento financeiro das estatais, reaperto da política monetária, recarga da austeridade tarifária, monitoramento da taxa de juros.

O pacote vai administrar o ajustamento da economia brasileira no curto prazo, espécie de PND de emergência. Ele terá de cometer um milagre futebolístico: no mesmo lance, bater o escanteio e fazer o gol de cabeça. De um lado, saneando o setor público. De outro, reativando o setor privado. E mais: o ajuste interno, segundo um receituário não muito ortodoxo, não poderá comprometer o arranjo externo. E o controle da inflação não poderá sabotar o "basta à recessão".

Senadores e deputados não terão tempo nem saúde para uma espiada nessa vasta armação tecnocrática, apenas um item da pauta mais congestionada do mundo. Por que não prolongar a atual legislatura por mais 15 dias? Trabalhar até 20 de dezembro não mata ninguém. E ainda que matasse, o Brasil precisa disso, o povo merece isso.